



Extensão universitária em comunidades associativas: potencialidades pedagógicas dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, o caso de Pontão-RS

University extension in associative communities: pedagogical potentialities of the Landless Workers' Movement settlements, the case of Pontão-RS

Prof. Dr. Luiz Felipe Leão Maia Brandão¹¹, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), luiz.brandao@uffs.edu.br.

Prof. Dr. Ricardo Socas Wiese², Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), ricardo.wiese@uffs.edu.br.–

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); ² – Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutor em Progettazione Ambientale pela Università di Roma - La Sapienza, Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

RESUMO

A extensão universitária é um relevante âmbito de interlocução entre a academia e o meio social no qual ela se insere. Mediante à obra de Freire (1983, 1996), entende-se que a extensão deve ser uma via de mão-dupla entre a universidade e a sociedade, capaz de levantar novas questões e produzir novos saberes. Sob essa perspectiva, as comunidades associativas se apresentam como um interlocutor privilegiado para a extensão universitária, devido ao seu caráter disruptivo e potencial de apresentar problemáticas ainda não percebidas. O objetivo do presente trabalho é analisar as potencialidades pedagógicas da atividade de extensão universitária voltada às comunidades associativas. Adota-se como estudo de caso o assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) localizado no município de Pontão, Rio Grande do Sul. O artigo discute: o papel da extensão universitária como fomentadora do debate urbano; o potencial pedagógico das formas associativas de organização enquanto objeto da extensão universitária; as potencialidades de aprendizado contidas nos assentamentos do MST, a partir de relato de experiências realizadas junto aos assentados de Pontão. Conclui-se que a extensão universitária em comunidades associativas pode desempenhar um relevante papel pedagógico, na medida em que tais modelos de organização social rompem com paradigmas sedimentados nas discussões acadêmicas contemporâneas, como a naturalização da propriedade privada da terra.

Palavras Chave: extensão universitária, comunidades associativas, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ABSTRACT

University extension is an important interlocution tool between the academy and its social environment. Freire (1983, 1996) understands that extension must be a dual-path connection between university and society, capable of raising new questions and producing new knowledge. From this perspective, the associative communities present themselves as privileged interlocutors for the university extension, due to their disruptive character and their potential to reveal problems not yet perceived. The aim of this paper is to analyze the pedagogical potentialities of university extension directed to associative communities. The Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (Landless Workers' Movement - MST) settlement located in the city of Pontão, Rio Grande do Sul, Brazil, is adopted as a case study. The paper debates: the role of university extension as a promoter of the urban debate; the pedagogical potential of associative organization forms as an object of university extension; the learning potential contained in the MST settlement, based on the experience of the activities that took place in Pontão. The paper concludes that university extension in associative communities can play a relevant pedagogical role, insofar as such models of social organization break with paradigms established in contemporary academic discussions, such as the naturalization of private land ownership.

Keywords: university extension, associative communities, Landless Workers' Movement.

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa as potencialidades pedagógicas de projetos de extensão universitária direcionados às comunidades organizadas de forma associativa. Como estudo de caso é adotado o assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) da cidade de Pontão, no estado do Rio Grande do Sul.

A primeira seção discute o papel da extensão universitária como ferramenta de problematização da temática urbana. Trata dos riscos e potencialidades da atividade de extensão, sobretudo no que concerne à perspectiva de Freire (1983, 1996), autor que enfatiza o imperativo do entendimento da extensão como uma via de mão-dupla, entre universidade e o meio social alvo de suas iniciativas.

A seção subsequente faz uma breve reflexão sobre como os modelos de associativismo repercutem na questão urbana. É dada ênfase no antagonismo entre as formas de associativismo historicamente constituídas e o ordenamento do espaço vinculado à propriedade da terra – base de modo produção capitalista e, por conseguinte, do processo de urbanização.

A terceira seção se ocupa de uma descrição dos assentamentos do MST em Pontão, relatando algumas atividades de ensino realizadas por um curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo voltadas a essa comunidade. São elencadas potencialidades pedagógicas, bem como delineadas algumas propostas de desdobramentos futuros para trabalhos de extensão, que adotem assentamentos como interlocutores.

Por fim, são tecidas considerações finais, recapitulando os temas centrais do trabalho, reiterando a necessidade de incorporação de modelos heterodoxos de organização associativa nos debates acerca da questão urbana.

1. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: QUESTÕES TEÓRICAS ENTRE O RURAL E O URBANO

1.1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXTENSÃO: RISCOS E POTENCIALIDADES

A extensão pode ser caracterizada, de modo *lato sensu*, como uma atividade universitária voltada à sociedade na qual uma dada instituição de ensino superior se insere. Tais interações entre a universidade e seu entorno social podem ocorrer de diferentes formas, o que tem suscitado uma série de críticas acerca da extensão universitária como prática acadêmica. Autores como Botomé (1996) e Marcovitch (1998), por exemplo, alertam para o caráter assistencialista contido em uma parte significativa das ações dessa natureza. Em nome de um pretenso “compromisso social” da academia, muitas iniciativas acabam encarando a extensão como um substitutivo das ações governamentais, tornando-a uma mera prestação de serviços sob a forma de: cursos práticos, assessorias técnicas e serviços assistenciais.

Às críticas de caráter objetivo, como as mencionadas acima, somam-se outras de caráter pedagógico. Ao fazer uma análise das extensões agrícolas voltadas à capacitação técnica de camponeses, Freire (1983) enfatiza o viés impositivo e domesticador que o saber acadêmico acaba exercendo sob as pessoas que são objeto de suas ações. Para este autor, a ideia de extensão

precisa se submeter ao princípio da *comunicação*. Assim, a interação entre universidade e sociedade passa a se dar pelo diálogo, pelo aprendizado mútuo, e pelo combate às convicções que justificam a transferência de conhecimento como via de mão única.

Segundo Freire, conhecer não é um ato isolado, individual. Conhecer envolve intercomunicação, intersubjetividade. É por meio dessa intercomunicação, mediada pelos objetos a serem conhecidos, que os homens mutuamente se educam, intermediados pelo mundo real (Freire, 1996). O referido autor sintetiza este posicionamento da seguinte forma:

Na medida em que, no termo extensão, está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta, nele, uma conotação indiscutivelmente mecanicista. [...] O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato (Freire, 1983, pp. 15-16).

Ideias de Freire, como as expressas na passagem acima, passaram a servir como fundamentação das práticas de extensão no Brasil, sobretudo a partir da década de 1980. Desde então, a extensão passou a ser vista, também, como uma possibilidade para a produção de conhecimento. Assumindo essa perspectiva, Síveres (2008) enfatiza que a extensão é uma recurso de aprendizado também para quem a ministra, sendo fundamental neste processo a articulação dos três segmentos envolvidos: docentes, discentes e a comunidade externa.

Diante das premissas acima elencadas, o presente trabalho defende que a extensão universitária deve se articular em torno de três objetivos principais: 1) socializar o conhecimento produzido na universidade para além de seus muros, estabelecendo *comunicação* (cf. Freire, 1983) com seus interlocutores e evitando a transferência direta e impositiva do saber acadêmico; 2) trazer para dentro da universidade as problemáticas sociais concretas que lhe cercam, mantendo as atividades de ensino e pesquisa em sintonia com as questões que se impõem na contemporaneidade; e – de modo a evitar o viés assistencialista anteriormente criticado – 3) a extensão universitária deve ser catalizadora da emancipação e do ganho de autonomia, por parte dos agentes com quem a universidade se *comunica*.

Por seu caráter comunicador, a extensão transmite e produz saberes. Ao transmitir ela complementa a atividade de ensino; e ao produzir ela fomenta a atividade de pesquisa. Portanto, é fundamental conceber a inserção da universidade, em seu meio social, compreendendo ensino, pesquisa e extensão como inseparáveis. Adiante (item 3.2.), apresentaremos uma experiência que buscou se pautar por essa indissociabilidade.

1.2. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DEBATE DA PROBLEMÁTICA URBANA

A extensão universitária é uma ferramenta privilegiada nos debates sobre o fenômeno urbano (âmbito da produção do espaço no capitalismo). É válido lembrar que o ressurgimento das universidades na Era Moderna ocorre *pari passu* ao renascimento das cidades. Sendo o entorno social em que as universidades se inserem eminentemente urbano, pode-se afirmar que a prática da extensão e o debate acerca da problemática urbana são indissociáveis.

Como destaca o trabalho de Deák (2016), o espaço urbano se constitui mediante a criação, por parte do Estado, das infraestruturas necessárias à sustentação da propriedade privada e do

trabalho assalariado como relações de produção predominantes. Sob esta abordagem, o espaço urbano se caracteriza como todo aquele em que predominam as relações capitalistas de produção (voltadas à produção de mercadorias), e o espaço rural como aquele em que predomina a produção de subsistência (coisas produzidas exclusivamente por seu valor de uso). Portanto: se no capitalismo a tendência à expansão da forma-mercadoria é o princípio da organização social, neste modo de produção todo espaço tende a ser urbano.

No capitalismo, mesmo espaços onde se realizam atividades agropecuárias podem ser caracterizados como urbanos, pois sobre eles também se reproduzem as relações de produção e as infraestruturas capitalistas: estradas, redes de transmissão, aparato jurídico, etc. Todavia, o fim da dicotomia rural/urbano, que caracteriza a produção do espaço no capitalismo, não significa o equacionamento das questões envolvendo a morfologia rural e a aglomeração urbana. Ainda que as relações de produção e as infraestruturas que regem o ordenamento dessas morfologias, cada vez mais, tendam a ser as mesmas, existe uma série de conflitos que se acentuam a medida em que um espaço se urbaniza: como se estabelece a diferença entre propriedade da terra rural e urbana? Como a propriedade privada condiciona, ou mesmo determina, a urbanização de áreas com morfologia rural? Como a prática do planejamento pode contribuir, se não no equacionamento, ao menos no contingenciamento dessas questões?

Indagações como as postadas acima possuem caráter dinâmico: demandam respostas que precisam de constante atualização, de acordo com as transformações impostas pelo próprio andamento do processo de urbanização. É justamente como forma de manter a discussão teórica a par dos processos sociais concretos que a extensão universitária pode desempenhar um papel central na produção do conhecimento. A busca por atividades de interação entre os conteúdos acadêmicos e os objetos empíricos é o âmbito por excelência da extensão.

2. FORMAS ASSOCIATIVAS DE ORGANIZAÇÃO COMO OBJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Como anteriormente destacado, o capitalismo se caracteriza pela predominância da propriedade privada e do assalariamento. Tais relações de produção dependem da separação do trabalhador das condições de reproduzir sua própria existência. No que concerne ao acesso à terra – seja ela localizada na aglomeração urbana ou na morfologia rural – essa separação entre o indivíduo e os meios de sua subsistência impõe uma dupla problemática: de um lado há o imperativo de que o trabalhador restaure sua força de trabalho em uma dada localização (terra/moradia); do outro está o fato de que, embora não seja produzida pelo trabalho, no capitalismo a terra é comercializada *como se fosse* mercadoria (Deàk, 2016).

Sendo, normalmente, o valor da localização/moradia muito maior do que o valor do salário do trabalhador, o capitalismo impõe a constante contradição contida no apartamento dos assalariados da terra/localização, ainda que ela seja essencial à subsistência destes. Durante as crises urbanas do século XIX e por meio das chamadas “políticas de bem-estar social” do século XX, o Estado capitalista operou no sentido de camuflar essa contradição: atuando, ao mesmo tempo, como garantidor do direito à propriedade privada da terra, e como provedor de moradia subsidiada.

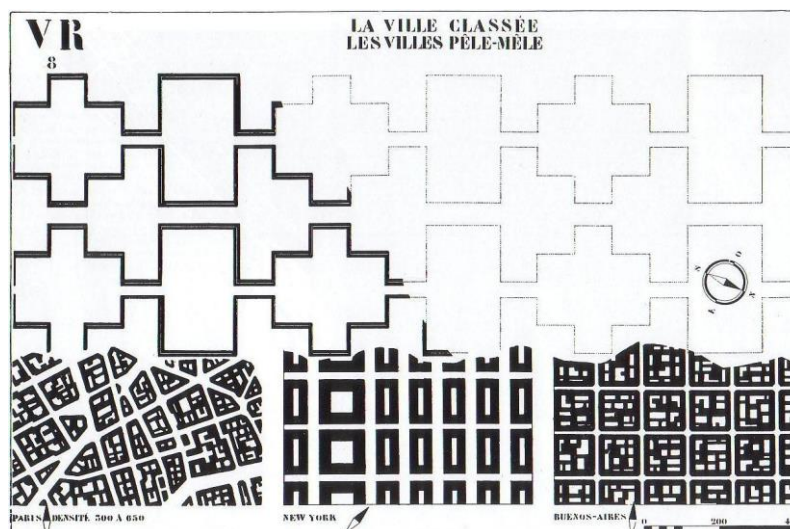


Figura 1 - Esquema de contraposição da Ville Radieuse de Le Corbusier (parte superior) ao traçado das cidades de (esq. p/ dir.): Paris, Nova York e Buenos Aires. Mesmo ao pensar um modelo de cidade voltado à reprodução em larga escala, Corbusier se restringe ao paradigma do lote urbano (Fonte: Benévolo, 2003).

Desde a década de 1970, a crise do capitalismo e a ascensão da forma ideológica neoliberal levaram a retirada contínua do Estado do papel de provedor daquelas demandas sociais impossíveis de serem atendidas pelo mercado. Este panorama deixou expostas as contradições entre capital e trabalho que, até então, de algum modo vinham sendo escamoteadas pela intervenção estatal. Dentre estas contradições está a impossibilidade de acesso à moradia pela maior parte dos trabalhadores: não por acaso a crise de 2008 foi deflagrada pela insolvência do setor imobiliário estadunidense.

O panorama acima descrito deflagrou a emergência de uma série de debates sobre os modos de organização associativa como forma de acesso à terra e à moradia. Ao tratar particularmente da questão agrária, Guerra (1991) define como associativismo de produção:

[...] empreendimentos produtivos na agricultura, baseados na posse ou propriedade produtiva dos meios de produção, na administração e gestão empresarial colegiada, e na distribuição dos resultados do processo produtivo entre os sócios de maneira proporcional ao trabalho dispensado, em quantidade e/ou qualidade, para cada um (Guerra, 1991, p. 118).

Mediante à conceituação acima, torna-se possível compreender que a ideia de associativismo, tomada em seu sentido mais amplo, caracteriza-se por contrapor o elemento central do capitalismo: a propriedade privada dos meios de produção, dentre os quais a terra urbana ou rural. Por esse motivo, tais modelos se apresentam como um “termômetro” dos antagonismos capitalistas. Tanto a partir das formas de ação do associativismo, quanto a partir das formas pelas quais o Estado capitalista reage a essas ações, é ampliada a possibilidade de leitura das contradições entre capital e trabalho em uma dada formação social. Essa característica reforça o papel das organizações associativas como potenciais agentes de interlocução entre a universidade e a sociedade, por meio da extensão.

Desde o final do século XVIII e início do XIX os modelos de associativismo têm pautado o debate sobre as possibilidades de construção de espaços capazes de se contrapor à lógica de exploração capitalista. Ao fazer um resumo dessas primeiras experiências na Europa, Benévolo (2001)

descreve como as propostas “reformistas utópicas”, a exemplo das de Robert Owen, Charles Fourier, e Etienne Cabet, acabavam não obtendo sucesso em virtude das pressões exercidas pelo meio que os cercava. Nesses casos, a tentativa de produzir modelos associativos dentro do capitalismo acabavam esbarrando na impossibilidade de transformar as relações de produção em apenas um recorte da sociedade.

Já no Manifesto, em 1848, Marx e Engels utilizavam estes mesmos exemplos para ilustrar a impossibilidade de construção de interstícios socialistas em meio ao capitalismo, destacando que os reformistas utópicos:

[...] Substituem a atividade social por sua própria imaginação pessoal; as condições históricas da emancipação por condições fantásticas; a organização gradual e espontânea do proletariado em classe por uma organização pré-fabricada por eles. A história futura do mundo se resume, para eles, na propaganda e na execução prática de seus planos de organização social (Marx & Engels, 2010, p. 66).

A problemática, que o trecho do Manifesto acima explicita, constitui a lacuna deixada pelas propostas reformistas: a ausência do debate sobre a luta de classes. Já em meados do século XIX, Marx e Engels percebiam que qualquer modelo que não levasse em conta esse aspecto estava fadado a ser natimorto. Portanto, levada ao limite, a ideia de associativismo contém em si a necessidade da própria superação do capitalismo.

Ao longo do século XX, tanto dentro do chamado “socialismo real” (ou capitalismo de Estado, como definem alguns), quanto das formações sociais capitalistas, sucederam-se experiências de associativismo. Dando enfoque à história recente, Guerra (1991) resume as experiências do *kolkhoz* soviético, do *kibutz* israelita, e do *ejido* mexicano. Para o autor estes exemplos exacerbam o seguinte antagonismo: se, por um lado, tais modelos foram implantados visando o aumento da produtividade e a viabilização material do capitalismo; por outro, à medida que eles se sedimentavam, sua lógica associativa passava a representar uma ameaça ao capital.

As experiências associativas, por seu caráter disruptivo, são capazes de atuar como fio condutor da via de mão-dupla descrita por Freire ao se referir à extensão universitária. No sentido universidade/meio social, tais experiências abrem caminho para que sejam exercitadas práticas acadêmicas não emolduradas pelos paradigmas do legalismo, do sujeito de direito, e da propriedade privada. Já na direção meio social/universidade essa interlocução permite que novos saberes sejam incorporados pela academia. Isso ocorre na medida em que os acadêmicos (docentes e discentes) se deparam com problemáticas sob vieses diferentes daqueles já sedimentados em suas respectivas áreas de estudo.

Em campos do saber vinculados à prática do planejamento, como Arquitetura e Urbanismo, esta comunicação deixa em evidência paradigmas que, de tão enraizados, tornam-se imperceptíveis. Como exemplo desse fenômeno, pode-se destacar a incorporação da ideia de função social da propriedade nos planos diretores municipais. Admitindo-se, de antemão, que a propriedade tem uma função social (outra que não seja a de apartar o trabalhador dos meios de reprodução de sua existência), impõe-se uma forma de saber que se mantém inquestionada até que o contato com outras forma de organização social ocorra.

Na formação social brasileira, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) se apresenta como um dos principais antagonistas do direito irrestrito e indiscriminado à propriedade privada da terra. O MST foi fundado oficialmente em 1984, a partir de disputas fundiárias que desde do final da década de 1970 já afloravam na região sul do país. Sendo hoje um movimento em escala

nacional, com conexão a outros movimentos internacionais, o MST tem como principais pautas: luta pela terra, como objetivo imediato; luta pela reforma agrária, democratizando a propriedade da terra na sociedade e garantindo o seu acesso aos trabalhadores; e a transformação social a partir do combate à: desigualdade social e de renda, discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, e a exploração do trabalhador urbano (MST, 2016).

Atualmente, o MST está organizado em todos os 24 estados brasileiros. Em suas frentes o movimento conta com 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e ocupação de terras improdutivas. Mesmo após assentadas, estas famílias permanecem no movimento, participando de suas mobilizações e construindo suas pautas. Assim, os assentamentos são, ao mesmo tempo, o local de: habitação, produção dos meios de subsistência, e organização política dos seus militantes.

Tanto nos assentamentos (onde a terra já foi conquistada), quanto nos acampamentos (onde a terra ainda se encontra em processo de disputa), as famílias organizam-se em núcleos que debatem, tanto suas necessidades cotidianas, quanto as linhas de ação do movimento em suas pautas mais amplas. A partir destes núcleos, são eleitos os coordenadores do assentamento ou acampamento. Esta mesma estrutura se replica nos níveis: regional, estadual e nacional. Destaca-se o fato de que nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto, independentemente de sua faixa etária ou gênero. O maior espaço de decisões do MST são os Congressos Nacionais, com periodicidade quinquenal. Bianualmente, o MST realiza seu encontro nacional, onde são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas nos Congressos (Ibid.).

3. O CASO DO ASSENTAMENTO DE PONTÃO – RS: POSSIBILIDADES PARA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

3.1. O ASSENTAMENTO DE PONTÃO

A comunidade de Pontão, no estado do Rio Grande do Sul, é considerada um marco para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O assentamento foi resultado da ocupação da Fazenda Annoni (à época a maior do estado, com 9 mil hectares). Em outubro de 1985, 1500 famílias (cerca de 7 mil pessoas) ocuparam o latifúndio, que estava há 13 anos em processo judicial de desapropriação. A ocupação da Annoni se tornou uma das primeiras demonstrações de força do MST, responsável pelo reconhecimento e consolidação do movimento no Brasil (Luciano, 2010).



Foto 1 - Marcha dos militantes de MST, rumo a ocupação da fazenda Annoni, em outubro de 1985 (Fonte: acervo MST).

A firmação desse assentamento acabou fazendo com que Pontão se emancipasse da cidade de Passo Fundo, no ano de 1993, passando a constituir uma municipalidade. No total, a cidade de Pontão possui 3.857 mil habitantes, dos quais 80% moram em área rural (IBGE, 2010).

Dentro dos assentamentos do MST, formam-se as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA's): unidades produtivas que constituem, em nível local, a matriz de organização produtiva nacional do movimento. Este modo organizacional dispensa a presença de um proprietário que vincule seu nome à posse da terra e aos demais meios de produção. Todo resultado de produção social é gerenciado e dividido entre os trabalhadores das CPA's, e parte dos recursos é destinada ao financiamento das atividades de militância do MST.

Os princípios associativos e cooperativistas da CPA se refletem em sua organização espacial, algo que se ilustra no núcleo da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata – COOPTAR. Nele, casas unifamiliares são distribuídas em disposição radial, circundando uma área constituída por pomares e um campo de futebol. Já a implantação das construções se caracteriza pela ausência de fracionamento em lotes individuais. Em uma das extremidades, próxima ao setor produtivo animal (abatedouro e frigorífero), localiza-se uma horta coletiva, que serve a todos os habitantes. Há, também, uma sede comunitária, onde os moradores realizam suas refeições diárias conjuntamente, assim como suas reuniões e encontros.



Foto 2 - Vista aérea do núcleo da COOPTAR, no assentamento de Pontão-RS. Em contraponto ao paradigma de traçado delimitado por lotes (visto na Figura 1), a

cooperativa dispõe suas residências e edificações compartilhadas sem divisão de terrenos (Fonte: Google Earth).

Caume (2006) destaca o papel exercido por Pontão como um assentamento modelar do MST. Partindo do conceito de agrovila, as CPA's de Pontão tem entre suas diretrizes de organização o cuidado com aspectos paisagísticos: os moradores são estimulados a cultivar flores e árvores frutíferas em frente às suas casas. Iniciativas como essa buscam romper com a imagem negativa do movimento, correntemente veiculada pela mídia corporativa nacional. Assim, além de local de habitação e trabalho, os assentamentos se constituem como modelo contra-hegemônico, demonstrando uma alternativa às formas de ocupação vinculadas à propriedade privada da terra.

3.2. A APROXIMAÇÃO DE UM CURSO DE GRADUAÇÃO A UM ASSENTAMENTO DO MST

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma Instituição de Ensino Superior, criada no ano de 2010. Trata-se de uma universidade *multi-campus*, com sedes espalhadas pelo interior dos três estados da região sul do Brasil. Quanto ao seu projeto político pedagógico, a UFFS se destaca pela proposta de ser uma universidade popular: 90% de suas vagas são voltadas para estudantes indígenas, negros, e de baixa renda – muitos dos quais contam com bolsas de auxílio para financiar seus estudos. Os movimentos sociais – como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Via Campesina e o MST – tiveram participação no processo de criação da universidade, e atuam de forma continuada nos processos decisórios e consultivos da instituição.

O curso de Arquitetura e Urbanismo da UFFS se localiza no campus de Erechim (Rio Grande do Sul), e tem como uma das premissas de seu Plano Pedagógico o comprometimento com as demandas das comunidades regionais. Em sua grade curricular, o curso possui disciplinas como: Introdução ao Pensamento Social (2º Fase do curso), Produção do Espaço Urbano (5º fase), Projeto Arquitetônico no Meio Rural, e Planejamento Urbano e Regional (ambas da 9º fase). Tais componentes curriculares têm em suas ementas diretrizes que estimulam a interlocução entre sala de aula e o entorno social. Com vistas à consolidação de tais objetivos institucionais, a UFFS mantém parceria junto ao Instituto Educar, vinculado ao MST e localizado em Pontão.

O Instituto Educar foi criado através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), voltado à formação de assentados. Esta iniciativa se firmou por meio de um convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). O IFRS é responsável pelo processo seletivo e pela diplomação dos educandos, enquanto o Instituto Educar, de modo autônomo, atua sobre as outras instâncias da instituição, como: constituição do corpo docente, estrutura curricular e matriz organizativa. Atualmente, o Educar ministra cursos de nível médio, técnico e superior, voltados às práticas de educação no campo e agroecologia (FAGUNDES, 2012).

A aproximação entre o curso de Arquitetura e Urbanismo e o Instituto Educar teve início a partir de demandas por atividade de extensão, que adviriam de lideranças do MST que atuam na UFFS. Durante este processo de aproximação, foram realizadas atividades conjuntas com outros cursos da UFFS, como: Licenciatura em Geografia, Ciências Sociais, e o Curso Interdisciplinar em Educação no Campo. Essas atividades foram desenvolvidas sob a forma de palestras, seminários e debates, onde foram discutidas temáticas multidisciplinares, a exemplo de: modos de produção; formas de assentamentos; saúde e educação no campo, movimentos sociais, juventude rural, mulheres camponesas, entre outros.

A integração entre os alunos do curso de arquitetura e os jovens do curso de Educação no Campo (muitos dos quais integram o MST) se deu sob a forma de *vivência*. As práticas vivenciais experimentadas pelos estudantes da UFFS e do MST permitiram uma reflexão acerca da vida em coletividade, do trabalho comunitário e da responsabilidade individual frente à coletividade. Uma quebra de paradigmas foi promovida a partir da experiência, na medida em que ela evidenciou o contraste entre a realidade das cidades (baseada na propriedade privada e na valorização do espaço individual), e os modelos de cooperação e associativismo campestre do MST.

No caso da vivência realizada pela 9ª fase do curso de Arquitetura em Pontão, os estudantes puderam interagir com práticas formativas do MST como a *mística*: representação lúdica em que jovens assentados reconstituem o histórico de luta dos seus pais, na busca pela socialização da terra, e pela criação do assentamento onde vivem. Como destaca Caume (2006) a mística é um relevante instrumento na construção do imaginário e na legitimação simbólica do movimento. Além de atividades dessa natureza, a própria inserção dos discentes no cotidiano do assentamento, a partir das refeições nos espaços coletivos e nas visitas às cooperativas ajudam a romper com estigmas que são lançados sobre o MST.



Foto 3 - Jovens militantes do MST realizam mística: representação teatral da história de lutas do movimento (Fonte: acervo dos autores).

A segunda experiência, que contribuiu significativamente para a abertura de novas possibilidades de estudo, foi a visita à COOPTAR (núcleo anteriormente mencionado) Como já destacado, trata-se de uma CPA tida como modelo, tendo sido fundada em 1990. Atualmente, a cooperativa conta com cerca de 13 famílias, que trabalham sobre uma área total de 205 hectares.

As famílias que fazem parte da COOPTAR possuem a maior renda *per capita* do município de Pontão. Seus trabalhadores se distribuem entre as diversas atividades de produção na área. No núcleo de assentamento da COOPTAR também residem médicos integrantes do MST, que atuam na rede pública municipal. Há, ainda, integrantes que trabalham em cooperativas fora do espaço do assentamento mas que, como os demais, contribuem de forma igualitária na distribuição da renda entre os cooperados.

A partir dos conteúdos assimilados nas experiências acima descritas, as disciplinas de graduação envolvidas na atividade desenvolveram projetos de assentamentos voltados às organizações associativas. Assumindo premissas de projeto, distintas das convencionalmente impostas pelas disciplinas de projeto e planejamento (como a vinculação do projeto ao paradigma do lote individual urbano), os estudantes desenvolveram projetos de assentamento. Os diversos projetos

priorizaram a elaboração de alternativas que contemplasse a coletividade e trouxeram uma rica gama de soluções.

A repercussão dessa atividade dentro do curso de graduação tem estimulado outros estudantes a adotar comunidades associativas como interlocutoras de seus Trabalhos Finais de Graduação (TFG). Dentre os quais podemos destacar trabalhos voltados a uma comunidade indígena, e a uma comunidade quilombola. Recentemente, um destes projetos se voltou ao assentamento Conquista da Fronteira do MST, no estado de Santa Catarina. O TFG consistiu em um centro de vivência e acolhimento para visitantes do assentamento (Signor, 2016).

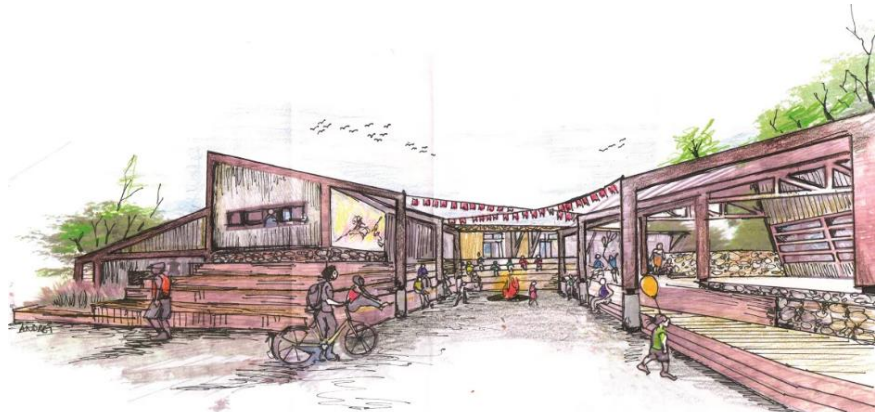


Figura 2- Perspectiva do centro de Convivência do acampamento do MST 'Conquista da Fronteira', em Santa Catarina. Projeto de Andrei Signor elaborado como Trabalho Final de Graduação (TFG) no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFFS. Ao centro, pode-se ver o local destinado à realização das místicas (Fonte: Signor, 2016).

Dados estes desdobramentos, constatou-se que a experiência das viagens de estudo e das vivências trouxeram contribuições significativas para a formação dos envolvidos. A realidade vista, sentida e vivida permitiu uma grande abertura à problemática do acesso à terra, a quebra de paradigmas, e a construção de novas interpretações acerca da temática dos assentamentos. A extensão se apresenta como grande oportunidade de intensificar este processo e, em conjunto com as atividades de ensino e pesquisa, contribuir para a produção do conhecimento e para formação dos estudantes enquanto sujeitos críticos.

As experiências até agora desenvolvidas, no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFFS, colocam em evidência a importância de direcionar o olhar do arquiteto também para o espaço rural, como parte da problemática urbana. As potencialidades evidenciadas pelas ações junto ao assentamento de Pontão demonstram que as atividades de extensão devem continuar sendo desenvolvidas, fomentando novas propostas de interlocução.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apresentar os potenciais contidos na atividade de extensão universitária, voltada para comunidades associativas. Mediante a exposição da experiência de um curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, junto a um assentamento do MST, buscou-se ilustrar como a extensão pode se configurar como uma via de mão dupla entre a academia e seus interlocutores, a exemplo do que defende Freire (1983).

A partir das experiências relatadas, reforçou-se o entendimento do exercício da extensão universitária para além de um viés assistencialista. Tal compreensão se vê fortalecida quando a atividade tem por objeto comunidades voltadas à autogestão e ao cooperativismo. No caso do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFFS, o exemplo dessas comunidades suscitou novas problemáticas em sala de aula e gerou novos saberes, que passaram a ser aplicados pelos professores e estudantes em seus trabalhos acadêmicos.

Dentre os paradigmas rompidos, destacou-se a oposição à ideia do lote privado como unidade básica de organização do espaço. O modelo de cooperação que se espacializa nos assentamentos do MST nos ensina que novas formas de produção do espaço podem ser pensadas. A sobreposição entre espaço urbano e rural, característica do modo de produção capitalista, abre campo para que as formas associativas desempenhem um papel indutor, inclusive nas aglomerações urbanas.

Conclui-se que as organizações associativas contêm, em si, grande potencial pedagógico a ser explorado; e que extensão universitária, entendida como um mecanismo de interlocução, é capaz de atuar na produção do saber crítico, comprometido com a transformação social.



Foto 4 - Mural do Instituto Educar (Fonte: acervo dos autores).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAUME, David José. **O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares**. Passo Fundo: UPF Editora, Goiânia: Editora UFG, 2006.
- DEÁK, Csaba. **Em busca das categorias do espaço**. São Paulo: Annablume, 2016.
- BENÉVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BOTOMÉ, Paulo Sílvio. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Governo Federal. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431477&search=rio-grande-do-sul|pontao|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 29 nov. 2016.
- FAGUNDES, Luciele Alves. **O ensino técnico do MST: o caso do curso técnico em agropecuária com habilitação em agroecologia do Instituto Educar, Pontão/RS**. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GUERRA, Júlio Santamaria. **Associativismo de Produção na Agricultura / A experiência do MST na cooperação agrícola** IN: GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio; STÉDILLE, João Pedro (Orgs.). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LUCIANO, Charles L. Policena. **Implicações da cultura de participação do trabalho cooperado dos Sem Terra assentados na região da escola: a gestão escolar como reflexo da realidade**. 2010. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.
- MARCOVITCH. **A Universidade Impossível**. São Paulo: Futura, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Quem somos: objetivos**. 2016. Texto institucional de apresentação da página do movimento. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>>. Acesso em: 24 nov. 2016.
- ROCHA, R. M. Gurgel. **A Construção do Conceito de Extensão universitária na América Latina** IN: FARIA, Doris Santos de (org). **Construção Conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília: Editora UnB, 2001.

SÍVERES, Luiz. A extensão como um princípio de aprendizagem. **Revista Diálogos**: Universidade do Século XXI: a contribuição da extensão na busca da aprendizagem. Brasília, vol. 10, p.8-17, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/UFFS/Downloads/1946-6259-1-PB.pdf>

SIGNOR, Andrei Luís. **Arquitetura da Coletividade**: Erechim: Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul, 2016. 10 pranchas, color, 594 cm × 841 cm. Trabalho Final de Graduação - TFG.

SÍVERES, Luiz. Perspectivas de Aprendizagem na Extensão Universitária IN: SÍVERES, Luiz (Org.). **Processos de Aprendizagem na Extensão Universitária**. Goiânia: Editora PUC, 2012.